

2021 • 3 EDIÇÃO

LIÇÕES DE  
**DIREITO**  
PRO  
CESSUAL  
CIVIL

**CARLOSHENRIQUE SOARES**





**Belo Horizonte**      **São Paulo**  
Av. Brasil, 1843,      Av. Paulista, 2444,  
Savassi, Belo Horizonte, MG      8º andar, cj 82  
Tel.: 31 3261 2801      Bela Vista – São Paulo, SP  
CEP 30140-007      CEP 01310-933

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2020, D'Plácido Editora.  
Copyright © 2020, Carlos Henrique Soares

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,  
sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

*Editor Chefe*      Plácido Arraes  
*Editor*      Tales Leon de Marco  
*Produtora Editorial*      Bárbara Rodrigues  
*Capa, projeto gráfico*      Nathalia Torres  
*Diagramação*      Enzo Zaqueu Prates

#### Catálogo na Publicação (CIP)

---

S676      Soares, Carlos Henrique  
    Lições de direito processual civil / Carlos Henrique Soares. - 3. ed. - Belo Horizonte, São  
    Paulo : D'Plácido, 2021.  
    916 p.

ISBN 978-65-5589-143-0

1. Direito. 2. Direito Processual Civil. I. Título.

CDDir: 341.46

---

Biblioteca responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

D'PLÁCIDO



\*  
Rodapé



# Sumário

|  |                |
|--|----------------|
| <b>1. Direito e Processo .</b>                                       | <b>... 21</b>  |
| 1.1. Direito material e direito Processual... ..                     | ...21          |
| 1.2. Teoria geral do processo civil....                              | ...22          |
| 1.3. Estado democrático de Direito.....                              | ...23          |
| <b>2. Fontes do direito processual...</b>                            | <b>27</b>      |
| 2.1. Lei processual...   | 27             |
| 2.2. Costumes, doutrina e jurisprudência                             | 28             |
| 2.3. Enunciado de súmula...  | 28             |
| 2.4. Precedentes judiciais   | 31             |
| <b>3. Técnicas de resolução de conflitos</b>                         | <b>.....35</b> |
| 3.1. Autotutela  | 35             |
| 3.2. Autocomposição (conciliação)...                                 | 37             |
| 3.3. Heterocomposição (mediação)                                     | ... 37         |
| 3.3.1. Conciliação e mediação na legislação processual brasileira... | 38             |
| 3.4. Heterocomposição (Arbitragem) .....                             | ...45          |
| 3.4.1. Arbitragem na legislação processual brasileira                | ...47          |
| 3.5. Jurisdição  | ...58          |
| 3.6. Processo  | 62             |
| <b>4. Teorias do processo</b>  | <b>63</b>      |
| 4.1. Teoria do processo como contrato...                             | 63             |

|   |            |
|---|------------|
| 4.2. Teoria do processo como quase-contrato                   | 64         |
| 4.3. Teoria do processo como relação jurídica                 | 64         |
| 4.4. Teoria do processo como situação jurídica                | 69         |
| 4.5. Teoria do processo como instituição                      | 72         |
| 4.6. Teoria do processo como procedimento em contraditório    | 73         |
| 4.7. Teoria do processo constitucional                        | 76         |
| 4.8. Teoria neoinstitucionalista do processo                  | 79         |
| <b>5. Normas fundamentais do processo civil</b>               | <b>81</b>  |
| 5.1. Estado democrático de direito e processo                 | 81         |
| 5.2. Acesso à jurisdição                                      | 86         |
| 5.3. Inércia procedimental e jurisdicional                    | 91         |
| 5.4. Métodos alternativos de resolução de conflitos           | 92         |
| 5.5. Duração razoável do processo                             | 94         |
| 5.6. Primazia da decisão de mérito                            | 101        |
| 5.7. Lealdade processual                                      | 102        |
| 5.8. Contraditório  | 109        |
| 5.9. Ampla defesa   | 112        |
| 5.10. Isonomia  | 115        |
| 5.11. Devido processo legal                                   | 116        |
| 5.12. Cooperação processual                                   | 118        |
| 5.13. Fundamentações das decisões jurisdicionais              | 121        |
| 5.14. Ponderação nas decisões judiciais                       | 124        |
| 5.15. Publicidade   | 125        |
| 5.16. Influência e vedação de decisão-surpresa                | 126        |
| 5.17. Duplo grau de jurisdição                                | 128        |
| 5.18. Ordem cronológica de julgamento                         | 132        |
| 5.19. Oralidade   | 133        |
| 5.20. Informalismo  | 133        |
| <b>6. Decisão Justa</b>                                       | <b>135</b> |
| 6.1. Kelsen e a “decisão justa” – uma questão de validade     | 135        |
| 6.2. Dworkin e a “decisão justa” – uma questão de integridade | 140        |
| 6.3. Rawls e a “decisão justa” – uma questão de equidade      | 148        |

|   |            |
|---|------------|
| 6.4. Habermas e “decisão justa” – uma questão de legitimidade             | 153        |
| 6.5. Teoria processual da decisão jurídica – Rosemiro Pereira Leal        | 163        |
| <b>7. Ativismo judicial</b>   | <b>169</b> |
| <b>8. Garantismo processual</b>   | <b>173</b> |
| <b>9. Norma processual</b>  | <b>179</b> |
| 9.1. Conceito   | 179        |
| 9.2. Lei processual no tempo  | 180        |
| 9.3. Lei processual no espaço   | 180        |
| 9.4. Interpretação da lei processual                                      | 181        |
| <b>10. Ação e direito-de-ação</b>   | <b>183</b> |
| 10.1. Teoria imanentista ou civilista da ação                             | 186        |
| 10.2. Teoria da ação como direito autônomo                                | 186        |
| 10.3. Teoria da ação como direito concreto                                | 187        |
| 10.4. Teoria da ação como direito abstrato                                | 187        |
| 10.5. Teoria da ação como direito potestativo                             | 188        |
| 10.6. Teoria do direito de ação de Fazzalari                              | 189        |
| 10.7. Teoria eclética da ação de Liebman                                  | 190        |
| 10.8. Teoria da ação como procedimento                                    | 191        |
| 10.9. Direito constitucional ao direito-de-ação                           | 192        |
| 10.10. Elementos configurativos do procedimento (ação)                    | 194        |
| 10.11. Elementos estruturais do procedimento (ação)                       | 195        |
| 10.11.1. Matéria de processo (pressupostos processuais)                   | 195        |
| 10.11.2. Matéria de ação (condições da ação)                              | 199        |
| 10.12. Matéria de mérito  | 202        |
| 10.13. Convalidação e não convalidação das matérias de processo e de ação | 203        |
| <b>11. Jurisdição</b>   | <b>205</b> |
| 11.1. Juiz  | 205        |
| 11.2. Normas constitucionais jurisdicionais                               | 206        |

|  |            |
|--|------------|
| 11.3. Requisitos para o exercício da atividade jurisdicional   | 209        |
| 11.4. Garantias constitucionais para o exercício da jurisdição | 212        |
| 11.5. Atividades incompatíveis com a função jurisdicional      | 214        |
| 11.6. Deveres do juiz  | 215        |
| 11.7. Funções jurisdicionais                                   | 217        |
| 11.8. Pronunciamentos jurisdicionais                           | 221        |
| 11.9. Responsabilidade em razão da atividade jurisdicional     | 224        |
| 11.10. Atividade jurisdicional e crime de abuso de autoridade  | 225        |
| 11.11. Impedimento e suspeição do juiz                         | 232        |
| <b>12. Competência</b>   | <b>243</b> |
| 12.1. Conceito   | 243        |
| 12.2. Limites da jurisdição brasileira                         | 244        |
| 12.3. Cooperação nacional e internacional                      | 247        |
| 12.4. Competência interna                                      | 252        |
| 12.5. Modificação da competência                               | 267        |
| 12.6. Incompetência do juízo                                   | 270        |
| 12.7. Conflito de competência                                  | 272        |
| <b>13. Sujeitos processuais</b>                                | <b>277</b> |
| 13.1. Juiz   | 277        |
| 13.2. Partes   | 279        |
| 13.2.1. Conceito de partes                                     | 279        |
| 13.2.2. Capacidade para ser                                    | 282        |
| 13.2.3. Representação e assistência da parte                   | 282        |
| 13.2.4. Legitimidade e interesse                               | 287        |
| 13.2.5. Direitos e deveres das partes                          | 288        |
| 13.2.6. Responsabilidade processual e litigância de má-fé      | 293        |
| 13.2.7. Sucessão das partes                                    | 296        |
| 13.2.8. Gratuidade de Justiça                                  | 299        |
| 13.2.9. Litisconsórcio   | 308        |
| 13.3. Advogados  | 316        |
| 13.3.1. Breves considerações                                   | 316        |
| 13.3.2. Procuração   | 327        |

|   |            |
|---|------------|
| 13.3.3. Capacidade postulatória                   | .... 329   |
| 13.3.4. Direitos e deveres do advogado            | .. 333     |
| 13.3.5. Sucessão dos procuradores                 | 336        |
| 13.3.6. Defensoria Pública                        | 339        |
| 13.4. Ministério Público.                         | 345        |
| 13.5. Terceiros e hipóteses de intervenção ..     | .. 355     |
| 13.5.1. Assistência                               | 357        |
| 13.5.2. Denúnciação da lide                       | ..363      |
| 13.5.3. Chamamento ao processo.....               | ..367      |
| 13.5.4. Desconsideração da personalidade jurídica | 369        |
| 13.5.5. <i>Amicus Curiae</i>                      | 377        |
| 13.6. Auxiliares do juízo ..                      | .... 381   |
| 13.6.1. Escrivão ou chefe de secretária           | 381        |
| 13.6.2. ●ficial de justiça                        | 382        |
| 13.6.3. Perito...                                 | ...383     |
| 13.6.4. Depositário e administrador...            | ....384    |
| 13.6.5. Intérprete ou tradutor ..                 | ..... 385  |
| 13.6.6. Conciliadores e mediadores                | 385        |
| <b>14. Atos Processuais.</b>                      | <b>391</b> |
| 14.1. Informalismo dos atos processuais           | ..392      |
| 14.2. Publicidade dos atos processuais ...        | 393        |
| 14.3. Uso obrigatório do vernáculo ....           | .... 395   |
| 14.4. Convenções processuais .                    | ..... 395  |
| 14.5. Meios de expressão dos atos processuais     | ..400      |
| 14.6. Prática eletrônica dos atos processuais     | 400        |
| 14.7. Atos das partes                             | 406        |
| 14.8. Atos do juiz...                             | ..407      |
| 14.9. Atos dos auxiliares do juízo                | ..... 408  |
| 14.10. Tempo e lugar dos atos processuais         | ..410      |
| 14.11. Prazos...                                  | .....413   |
| 14.12. Comunicação dos atos processuais           | ..422      |
| 14.13. Nulidades processuais                      | 426        |

|  |            |
|--|------------|
| <b>15. Processo de conhecimento</b>  | <b>431</b> |
| 15.1. Procedimento comum e procedimentos especiais                               | 431        |
| 15.2. Escolha do procedimento  | 438        |
| 15.3. Formação, suspensão e resolução do procedimento                            | 438        |
| 15.3.1. Formação do procedimento   | 439        |
| 15.3.2. Suspensão do procedimento  | 442        |
| 15.3.3. Resolução do procedimento  | 452        |
| 15.3.3.1. Extinção do procedimento com a<br>resolução do mérito                  | 453        |
| 15.3.3.2. Extinção do procedimento sem a resolução do mérito                     | 456        |
| 15.4. Primazia da decisão de mérito  | 466        |
| <b>16. Fase postulatória</b>   | <b>469</b> |
| 16.1. Petição inicial  | 469        |
| 16.1.1. Deferimento da petição inicial   | 478        |
| 16.1.2. Emenda da petição inicial  | 479        |
| 16.1.3. Indeferimento da petição inicial   | 480        |
| 16.1.4. Julgamento liminar de improcedência                                      | 481        |
| 16.2. Tutelas  | 484        |
| 16.2.1. Conceito   | 484        |
| 16.2.2. Espécies de tutelas provisórias  | 484        |
| 16.2.3. Requisitos para a concessão das tutelas provisórias                      | 485        |
| 16.2.4. Tutela provisória liminar  | 486        |
| 16.2.5. Momentos para se requerer a tutela provisória de urgência                | 487        |
| 16.2.6. Poder geral de cautela   | 489        |
| 16.2.7. Características das tutelas provisórias                                  | 490        |
| 16.2.8. Cumprimento das tutelas provisórias                                      | 492        |
| 16.2.9. Fundamentação das decisões em tutelas provisórias                        | 494        |
| 16.2.10. Legitimidade para as tutelas provisórias                                | 495        |
| 16.2.11. Competência   | 496        |
| 16.2.12. Tutela provisória de urgência   | 496        |
| 16.2.12.1. Procedimento da tutela antecipada requerida em caráter<br>antecedente | 500        |



|  |            |
|--|------------|
| 16.2.12.2. Procedimento da tutela cautelar requerida em caráter antecedente          | 503        |
| 16.2.13. Tutela provisória da evidência ..   | 504        |
| 16.2.13.1. Breves considerações  | 504        |
| 16.2.13.2. Tutela da evidência - conceito ..   | 505        |
| 16.2.13.3. Características da tutela da evidência                                    | 507        |
| 16.2.13.4. Hipóteses legais para deferimento da tutela da evidência .....            | 508        |
| 16.3. Citação e intimações...  | 511        |
| 16.4. Audiência de conciliação ou de mediação  | 520        |
| 16.5. Manifestações do réu ...   | 527        |
| 16.5.1. Reconhecimento da procedência do pedido                                      | 529        |
| 16.5.2. Requerimento para limitação do litisconsórcio facultativo                    | 530        |
| 16.5.3. Contestação  | 531        |
| 16.5.4. Reconvenção ..   | 549        |
| 16.5.5. Arguição de impedimento ou suspeição do juiz...                              | 553        |
| 16.6. Revelia  | 556        |
| 16.7. Atividades judiciais após a manifestação do réu (providências preliminares)... | 561        |
| 16.8. Julgamento conforme o estado do processo ...                                   | 564        |
| <b>17. Fase do saneamento e da organização do processo</b>                           | <b>569</b> |
| <b>18. Fase probatória...</b>  | <b>579</b> |
| 18.1. Conceito de prova..  | 579        |
| 18.2. Valoração e valorização da prova ..  | 581        |
| 18.3. Evolução dos sistemas de provas  | 581        |
| 18.4. Verdade formal e verdade real  | 582        |
| 18.5. Verdade, prova e processo constitucional                                       | 585        |
| 18.6. Meios de prova e objeto de prova   | 587        |
| 18.7. Regras processuais sobre a prova   | 588        |
| 18.8. Fases lógicas do procedimento da prova ...                                     | 592        |
| 18.9. Prova emprestada   | 593        |
| 18.10. Ônus de prova.  | 594        |

|  |            |
|--|------------|
| 18.11. Fatos que independem de prova .....                                     | 596        |
| 18.12. Interpretação dos elementos de prova ..                                 | 596        |
| 18.13. Destinatário da prova   | 598        |
| 18.14. Prova da existência de legislação                                       | 599        |
| 18.15. Produção de prova por carta precatória, rogatória<br>ou auxílio direito | 599        |
| 18.16. Dever de colaboração .  | 600        |
| 18.17. Momento de produção de prova .  | 601        |
| 18.18. Produção antecipada de prova  | 601        |
| 18.19. Ata Notarial...   | 608        |
| 18.20. Provas em espécie   | 609        |
| 18.20.1. Depoimento pessoal  | 610        |
| 18.20.2. Confissão   | 613        |
| 18.20.3. Exibição de documento ou coisa  | 616        |
| 18.20.4. Prova documental  | 620        |
| 18.20.5. Prova testemunhal...  | 646        |
| 18.20.6. Prova pericial  | 664        |
| 18.20.7. Inspeção judicial   | 675        |
| <b>19. Audiências</b>  | <b>679</b> |
| 19.1. Audiência de conciliação e mediação                                      | 680        |
| 19.2. Audiência de justificação...   | 680        |
| 19.3. Audiência de saneamento e organização do processo .                      | 681        |
| 19.4. Audiência de instrução e julgamento...                                   | 682        |
| <b>20. Fase decisória</b>  | <b>691</b> |
| 20.1. Conceito de sentença .   | 691        |
| 20.2. Classificação das sentenças .  | 695        |
| 20.3. Elementos essenciais da sentença ...                                     | 697        |
| 20.4. Sentença terminativa   | 697        |
| 20.5. Sentença definitiva  | 701        |
| 20.6. Primazia da sentença de mérito   | 703        |
| 20.7. Fundamentação das decisões judiciais                                     | 704        |
| 20.8. Ponderação nas decisões judiciais  | 709        |

|   |            |
|---|------------|
| 20.9. Sentença líquida e ilíquida ..                                      | 710        |
| 20.10. Sentença e pedido ..   | 711        |
| 20.11. Sentença e publicidade   | 712        |
| 20.12. Sentença e hipoteca judiciária                                     | 712        |
| 20.13. Sentença e duplo grau de jurisdição obrigatório                    | 713        |
| 20.14. Sentença cominatórias ..   | 714        |
| 20.15. Sentença com emissão de declaração de vontade                      | 717        |
| <b>21. Preclusão e coisa Julgada</b> .....                                | <b>19</b>  |
| 21.1. Preclusão...  | 719        |
| 21.2. Coisa Julgada   | 721        |
| 21.3. Limites objetivos da coisa julgada..                                | 743        |
| 21.4. Limites subjetivos da coisa julgada...                              | 743        |
| 21.5. Efeito preclusivo da decisão  | 743        |
| 21.6. Eficácia preclusiva da coisa julgada                                | 744        |
| 21.7. Não fazem coisa julgada   | 744        |
| <b>22. Processo de conhecimento:<br/>procedimentos especia</b> .....      | <b>747</b> |
| 22.1. Considerações gerais..  | 747        |
| 22.2. Ação e procedimento: distinções                                     | 748        |
| 22.3. Procedimentos especiais contenciosos e voluntários                  | 749        |
| 22.4. Procedimento comum e procedimentos especiais                        | 750        |
| 22.5. Princípio da subsidiariedade  | 751        |
| 22.6. Procedimentos especiais contenciosos ..                             | 751        |
| 22.6.1. Procedimento de consignação em pagamento                          | 752        |
| 22.6.1.1. Conceito ...  | 752        |
| 22.6.1.2. Cabimento...  | 752        |
| 22.6.1.3. Legitimidade..  | 753        |
| 22.6.1.4. Competência   | 754        |
| 22.6.1.5. Procedimento extrajudicial de consignação<br>em pagamento. .... | 754        |
| 22.6.1.6. Procedimento judicial de consignação em pagamento..             | 755        |
| 22.6.1.7. Cumulação de pedidos na consignação<br>em pagamento             | 760        |

|  |           |
|--|-----------|
| 22.6.1.8. Particularidades do procedimento judicial                            | .....760  |
| 22.6.2. Procedimento de exigir contas..  | 762       |
| 22.6.2.1. Conceito. .  | ..... 762 |
| 22.6.2.2. Legitimidade   | .....763  |
| 22.6.2.3. Competência  | ..... 763 |
| 22.6.2.4. Procedimento de exigir contas  | .....764  |
| 22.6.3. Procedimento possessório   | 768       |
| 22.6.3.1. Conceito de posse e sua classificação                                | .....768  |
| 22.6.3.2. Aquisição da posse   | .....771  |
| 22.6.3.3. Efeitos da posse   | ..... 772 |
| 22.6.3.4. Perda da posse .   | .....774  |
| 22.6.3.5. Turbação e esbulho ..  | 775       |
| 22.6.3.6. Fungibilidade da proteção possessória                                | .....775  |
| 22.6.3.7. Características do procedimento possessório                          | .....776  |
| 22.6.3.8. Legitimidade ..  | .....778  |
| 22.6.3.9. Competência  | 779       |
| 22.6.3.10. Procedimento possessório (manutenção e<br>reintegração de posse)... | 779       |
| 22.6.3.11. Interdito proibitório ...   | ..... 783 |
| 22.6.4. Procedimento de demarcação e divisão<br>de terras particulares..       | 784       |
| 22.6.4.1. Conceito .   | .....784  |
| 22.6.4.2. Fases do procedimento demarcatório e divisório                       | 786       |
| 22.6.4.3. Legitimidade   | 787       |
| 22.6.4.4. Competência  | ..... 787 |
| 22.6.4.5. Cumulação de pedido demarcatório com<br>pedido divisório .           | .....788  |
| 22.6.4.6. Demarcação e divisão de terras extrajudicial                         | 789       |
| 22.6.4.7. Procedimento judicial de demarcação<br>de terras judicial ...        | ..... 789 |
| 22.6.4.8. Procedimento de divisão de terras judicial                           | 794       |
| 22.6.5. Procedimento de dissolução parcial de sociedade.                       | 797       |
| 22.6.5.1. Considerações iniciais sobre as sociedades empresárias               | 797       |
| 22.6.6. Dissolução da sociedade empresária... ..                               | .....799  |
| 22.6.6.1. Conceito....   | .....799  |

|   |     |
|---|-----|
| 22.6.6.2. Dissolução parcial de sociedade empresária                        | 800 |
| 22.6.6.3. Legitimidade ativa e passiva para a ação de dissolução parcial... | 800 |
| 22.6.6.4. Competência   | 801 |
| 22.6.6.5. Procedimento  | 801 |
| 22.6.7. Inventário e partilha   | 804 |
| 22.6.7.1. Conceito...   | 804 |
| 22.6.7.2. Conceito de inventário e partilha                                 | 804 |
| 22.6.7.3. Modalidades de inventário   | 805 |
| 22.6.7.4. Inventário extrajudicial...                                       | 805 |
| 22.6.7.5. Prazo para abertura do inventário                                 | 808 |
| 22.6.7.6. Inventário Judicial (contencioso ou voluntário)                   | 808 |
| 22.6.7.7. Competência   | 810 |
| 22.6.7.8. Legitimidade para requerer o inventário..                         | 810 |
| 22.6.7.9. Inventariante   | 811 |
| 22.6.7.10. Primeiras declarações  | 812 |
| 22.6.7.11. Citações..   | 814 |
| 22.6.7.12. Impugnações...   | 814 |
| 22.6.7.13. Avaliação e cálculo do imposto.                                  | 815 |
| 22.6.7.14. Últimas declarações  | 816 |
| 22.6.7.15. Colação  | 817 |
| 22.6.7.16. Renúncia ou exclusão da herança..                                | 818 |
| 22.6.7.17. Pagamento das  | 818 |
| 22.6.7.18. Partilha   | 819 |
| 22.6.7.19. Arrolamento...   | 821 |
| 22.6.7.20. Disposições comuns   | 823 |
| 22.6.8. Procedimento de embargos de terceiro                                | 824 |
| 22.6.8.1. Conceito  | 824 |
| 22.6.8.2. Terceiro  | 825 |
| 22.6.8.3. Legitimidade..  | 826 |
| 22.6.8.4. Competência   | 831 |
| 22.6.8.5. Momento para o ajuizamento dos embargos de terceiros.             | 832 |
| 22.6.8.6. Procedimento dos embargos de terceiros..                          | 832 |

|  |     |
|--|-----|
| 22.6.9. Procedimento da oposição   | 836 |
| 22.6.10. Procedimento da habilitação                                       | 841 |
| 22.6.11. Procedimento para resolução de questões de família                | 843 |
| 22.6.11.1. Considerações iniciais  | 843 |
| 22.6.11.2. Conciliação e mediação  |     |
| 22.6.11.3. Competência   | 846 |
| 22.6.11.4. Legitimidade  | 847 |
| 22.6.11.5. Formas de resolução de conflitos                                | 848 |
| 22.6.11.6. Procedimento extrajudicial de resolução de conflitos da família | 849 |
| 22.6.11.7. Procedimento judicial de resolução de conflitos da família      | 849 |
| 22.6.12. Procedimento monitorio  | 853 |
| 22.6.12.1. Conceito  | 853 |
| 22.6.12.2. Requisitos para instauração do procedimento monitorio           | 853 |
| 22.6.12.3. Legitimidade  | 855 |
| 22.6.12.4. Competência   | 855 |
| 22.6.12.5. Procedimento  | 855 |
| 22.6.12.6. Procedimento monitorio contra a fazenda pública                 | 861 |
| 22.6.13. Procedimento para homologação do penhor legal                     | 862 |
| 22.6.13.1. Conceito  | 862 |
| 22.6.13.2. Legitimidade  | 863 |
| 22.6.13.3. Competência   | 863 |
| 22.6.13.4. Procedimento  | 863 |
| 22.6.14. Procedimento para regulação da avaria grossa                      | 864 |
| 22.6.14.1. Conceito de avaria grossa                                       | 864 |
| 22.6.14.2. Competência   | 866 |
| 22.6.14.3. Legitimidade  | 867 |
| 22.6.14.4. Procedimento  | 867 |
| 22.6.15. Procedimento para restauração de autos                            | 868 |
| 22.6.15.1. Conceito  | 868 |
| 22.6.15.2. Legitimidade  | 869 |
| 22.6.15.3. Competência   | 869 |
| 22.6.15.4. Procedimento  | 869 |

|  |     |
|--|-----|
| 22.7. Procedimentos especiais voluntários.....   | 870 |
| 22.7.1. Procedimento de notificação e interpelação.....  | 871 |
| 22.7.2. Procedimento de alienação judicial.....  | 873 |
| 22.7.3. Procedimento de divórcio, separação consensual,<br>extinção consensual de união estável e alteração<br>do regime de bens e matrimônio..... | 874 |
| 22.7.4. Procedimento de abertura de testamentos e codicilos.....   | 879 |
| 22.7.5. Procedimento da herança jacente.....   | 880 |
| 22.7.6. Procedimento para arrecadação de bens dos ausentes.....  | 883 |
| 22.7.7. Procedimento de arrecadação de coisas vagas.....   | 887 |
| 22.7.8. Procedimento de interdição.....  | 888 |
| 22.7.8.1. Procedimento de tomada decisão apoiada.....  | 893 |
| 22.7.8.2. Disposições comuns à tutela e à curatela.....  | 895 |
| 22.7.9. Procedimento de organização e fiscalização de fundações.....   | 896 |
| 22.7.10. Procedimento de ratificação dos protestos marítimos e dos<br>processos testemunháveis formados a bordo.....                               | 897 |

|                         |            |
|-------------------------|------------|
| <b>Referências.....</b> | <b>899</b> |
|-------------------------|------------|